



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 02233/2005/003/2012

EMPREENDIMENTO: CBI AGROPECUÁRIA LTDA.

EMPREENDEDOR: CBI AGROPECUÁRIA LTDA

JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

O Secretário Executivo do COPAM, no uso de suas atribuições definidas pelo Decreto Estadual nº.44.667, de 3 de dezembro de 2007 e Deliberação Normativa COPAM 177, de 22 de agosto de 2012, com fundamento legal no Parágrafo Único, do artigo 19 do Decreto Estadual nº. 44.844 de 25 de junho de 2008, vem, por meio deste, proceder ao juízo de admissibilidade do Recurso interposto contra decisão da URC/COPAM/Jequitinhonha em pedido de reconsideração, que CONCEDEU a Licença de Operação Corretiva com condicionantes ao empreendimento, quando da realização da 65ª Reunião Ordinária em 19/07/2012.

Em cumprimento ao disposto no artigo 23 do Decreto Estadual nº. 44.844/08, passo ao exame da admissibilidade.

1. Da Tempestividade

De acordo com o artigo 20 do Decreto Estadual nº. 44.844/08, o prazo para interposição do recurso contra decisão referente ao licenciamento ambiental a que se refere o artigo 19 é de trinta (30) dias, contados da publicação da decisão, observado o disposto no art. 59 da Lei Estadual nº. 14.184/02.

A decisão recorrida foi publicada no " Minas Gerais" do dia 21/07/2012, no Diário do Executivo, página 23, e o Recurso foi protocolado nesta Supram – Jequitinhonha no dia 21/08/2012, sob o nº. R285175/2012. Portanto, tempestivo o presente Recurso.

2. Da Legitimidade (art. 22 do Decreto Estadual nº. 44.844/08)

O pedido foi formulado por parte legítima, ou seja, pelo representante legal do Recorrente, que foi devidamente constituído nos autos.

3 - Requisitos do art. 23 do Decreto 44.844/08.

Os requisitos foram devidamente atendidos.

Pelo exposto,

Conheço do recurso, presentes os requisitos de admissibilidade.

Belo Horizonte, de de 2013.



DANILO VIEIRA JÚNIOR
SECRETÁRIO EXECUTIVO DO COPAM

